

— Através de correio registado e com aviso de recepção, para o mesmo endereço, atendendo-se à data do respectivo registo para o termo do prazo fixado.

12 — Documentos que devem acompanhar a candidatura:

- a) Fotocópia do bilhete de identidade ou do cartão do cidadão;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- c) Comprobativos das acções de formação relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho;
- d) Currículo profissional, datado e assinado;
- e) Declaração, devidamente autenticada e atualizada, emitida pelo serviço de origem a que pertence, que comprova, de maneira inequívoca, a natureza da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado de que o candidato é titular, a carreira/categoria em que se encontra integrado, respectivas datas, a caracterização do posto de trabalho que ocupa ou ocupou por último, a avaliação de desempenho relativa ao último período, não superior a três anos e a posição remuneratória correspondente à remuneração auferida.

13 — Nos termos do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março, é suficiente a simples fotocópia dos documentos autênticos ou autenticados referidos no número anterior, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do mesmo artigo.

14 — A falta de apresentação dos documentos exigidos no presente aviso implica a exclusão dos candidatos, nos termos do n.º 9 do artigo 28.º do PC.

15 — Prazo de candidatura: 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

16 — Métodos de selecção: Atenta a urgência do presente procedimento concursal, em face da necessidade de preencher o posto de trabalho a ocupar, de forma a assegurar a realização das tarefas que lhe são inerentes, no uso da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 53 da LVCR e no n.º 2 do artigo 6.º do PC, e da deliberação favorável da Junta de Freguesia de S. Brás de Alportel, em reunião de 18 de Fevereiro de 2011, é utilizado como único método de selecção obrigatório a avaliação curricular, para candidatos com relação jurídica de emprego público e prova de conhecimentos para candidatos sem relação jurídica de emprego público, acrescidos do método de selecção facultativo de entrevista profissional de selecção.

17 — A. Prova de conhecimentos (PC) — destina-se a avaliar os conhecimentos profissionais e competências técnicas necessárias ao exercício da função. A prova de conhecimentos é de natureza prática, com duração máxima de 60 minutos, consistindo na execução das seguintes tarefas:

- Abertura de sepulturas;
 - Abaulamento de sepultura.
- A avaliação incidirá nos seguintes parâmetros:
- Atitude perante a tarefa;
 - Percepção e compreensão da tarefa;
 - Utilização das regras de segurança e higiene no trabalho;
 - Qualidade do trabalho realizado;
 - Celeridade na execução da tarefa.

Na prova de conhecimentos é adoptada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

B. Avaliação Curricular (AC) — Visa analisar a qualificação dos candidatos, a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida. Neste método são considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, de acordo com o artigo 11.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

A avaliação curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética simples ou ponderada das classificações dos seguintes elementos:

— Habilitação académica, formação profissional, experiência profissional e avaliação do desempenho.

C. Entrevista Profissional de Selecção (EPS) — avalia segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respectivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

18 — Cada um dos métodos de selecção é eliminatório, sendo excluído do procedimento o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores no método de selecção obrigatório, não lhe sendo aplicado o método facultativo.

19 — Para efeitos de valoração final, a prova de conhecimentos ou a avaliação curricular tem a ponderação de 70 %, a entrevista profissional de selecção tem a ponderação de 30 %.

20 — A classificação final resulta da seguinte fórmula:

$$CF = (70\% \times PC \text{ ou } AC) + (30\% \times EPS)$$

Em que:

CF = Classificação Final

PC = Prova de Conhecimentos

AC = Avaliação Curricular

EPS = Entrevista Profissional de Selecção

21 — A classificação final dos candidatos será obtida na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

22 — Os candidatos admitidos são convocados para a realização das provas de selecção, por ofício registado, os termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

23 — Os candidatos excluídos são notificados para a realização da audiência de interessados, pela forma indicada no número anterior.

24 — O Júri terá a constituição que a seguir se refere, sendo o respectivo Presidente substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo:

Presidente: Eng.º Hélder de Brito Rosa, Director de Departamento Técnico Municipal da Câmara Municipal de S. Brás de Alportel.

1.º Vogal Efectivo: Emídio da Luz Lopes Rodrigues, Assistente Técnico do Sector de Recursos Humanos da Junta de Freguesia de S. Brás de Alportel.

2.º Vogal Efectivo: Vítor Manuel da Silva Rosa, Assistente Operacional (pedreiro) do mapa de pessoal da Câmara Municipal de S. Brás de Alportel.

1.º Vogal Suplente: Amália Maria Guerreiro Rosa, Coordenadora Técnica do mapa de pessoal da Junta de Freguesia de S. Brás de Alportel.

2.º Vogal Suplente: José Francisco Pereira Gonçalves, Assistente Operacional (pedreiro) do mapa de pessoal da Câmara Municipal de S. Brás de Alportel.

25 — As actas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação dos métodos de selecção, a grelha classificativa e o sistema de valoração final, são facultados aos candidatos sempre que solicitadas.

26 — A lista de ordenação final, após homologação, é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixado em local visível e público nas instalações da sede da Junta de Freguesia, sita no endereço referido no ponto 11, e disponibilizada na sua página electrónica em www.jf-sbrasalportel.pt

27 — Em situações de igualdade de valoração, são observados os critérios de ordenação preferencial fixados no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

28 — O recrutamento efectua-se, por força do disposto no n.º 4 do artigo 6.º na alínea d) do n.º 1 do artigo 54.º da LVCR, pela ordem decrescente a ordenação final dos candidatos colocados em situação de mobilidade especial, dos candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado e, esgotados estes, dos restantes candidatos aprovados.

29 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º do PC, o presente Aviso é publicitado na página electrónica da Junta de Freguesia, por extracto e a partir data da sua publicação no *Diário da República*, na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte, e num jornal de expansão nacional, por extracto, no prazo máximo de 3 dias úteis.

30 — Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a concurso e para efeitos de reserva de recrutamento do serviço nos termos do n.º 2 do art.º 40.º do PC.

10 de Março de 2011. — O Presidente da Junta de Freguesia, *David José Ventura Gonçalves*.

304446271

FREGUESIA DE VALE DE PORCO

Edital n.º 283/2011

Ordenação heráldica brasão, bandeira e selo

Dulcínio Augusto Rodrigues, presidente da Junta de Freguesia de Vale de Porco, do município de Mogadouro:

Torna pública a ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da freguesia de Vale de Porco, do município de Mogadouro, tendo em conta

o parecer emitido em 21 de Julho de 2009, pela Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e que foi estabelecido, nos termos da alínea g), do n.º 2 do art.º 17.º do Decreto Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, sob proposta desta Junta de Freguesia, em sessão da Assembleia de Freguesia de 20 de Setembro de 2009:

Brasão: escudo de prata, porco de púrpura unglado de negro, passante, entre dois caretos de vermelho, realçados de ouro e negro, em chefe e um vale de verde, movente da ponta. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco, com a legenda a negro: «Vale de Porco».

Bandeira: vermelha. Cordão e borlas de prata e vermelho. Haste e lança de ouro.

Selo: nos termos da lei, com a legenda: «Junta de Freguesia de Vale de Porco — Mogadouro».

25 de Fevereiro de 2011. — O Presidente, *Dulcínio Augusto Rodrigues*.

304460851

FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Aviso n.º 7234/2011

Lista unitária de ordenação final

Nos termos e para efeitos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para ocupação de 3 postos de trabalho da categoria/carreira de assistente técnico, aberto por aviso n.º 12732/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 121, de 24 de Junho de 2010, homologada por deliberação de Junta de Freguesia de 09.02.2011:

Candidatos aprovados:

Nome	Valores
1.º Maria Alexandra Monteiro Costa de Moura	15,93
2.º Cíntia Renata Silva Santos	15,69
3.º Telma Susana Pereira Macedo	13,51

Candidatos excluídos na prova de conhecimentos (PC):

Nome	Valores
Anabela Nunes Fernandes	4
Catarina Isabel Amorim Arraiolos	3
Susana Margarida Guerra Pereira Santos	8
Vanda Isabel Pereira Florêncio Arsénio	6

A presente lista encontra-se disponível para consulta na página electrónica da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira www.jf-vfxira.pt.

11 de Março de 2011. — O Presidente da Junta de Freguesia, *José Fidalgo Gonçalves*.

304447495

Aviso n.º 7235/2011

Lista unitária de ordenação final

Nos termos e para efeitos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho da categoria de assistente operacional, aberto por aviso n.º 12737/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 121, de 24 de Junho de 2010, homologada por deliberação de Junta de Freguesia de 09.02.2011:

Candidato aprovado:

Nome	Valores
1.º Ana Paula Assunção Silva Soares	16,63

Candidato excluído na prova de conhecimentos (PC):

Nome	Valores
Sandra Maria da Cruz Vieira Pereira	0

A presente lista encontra-se disponível para consulta na página electrónica da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira www.jf-vfxira.pt.

11 de Março de 2011. — O Presidente da Junta de Freguesia, *José Fidalgo Gonçalves*.

304447738

FREGUESIA DE VILAR DE ANDORINHO

Aviso n.º 7236/2011

1 — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que por deliberação do Executivo se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação, no *Diário da República*, procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica por tempo indeterminado tendo em vista a ocupação de 1 posto de trabalho da carreira de assistente operacional (coveiro) previsto e não ocupados no mapa de pessoal desta Autarquia.

2 — Para efeitos do estipulado n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo ou na ECCRC.

3 — Legislação aplicável: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (vínculos, carreiras e remunerações) Declaração de Rectificação n.º 22-A/2008 (*Diário da República*, Série I, 1.º Suplemento, de 24-04-2008), alterada pela Lei n.º 64-A/2008 de 31 de Dezembro, com adaptação à Administração Autárquica pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, e a Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, Lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro — Lei Orçamento de Estado para 2011.

4 — Local de trabalho: Cemitério Paroquial de Vilar de Andorinho

5 — Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o recrutamento do preenchimento do posto de trabalho a ocupar para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

6 — Caracterização dos postos de trabalho:

Proceder às inumações, exumações e trasladações de cadáveres dentro do Cemitério paroquial da freguesia de Vilar de Andorinho

Prestar quaisquer serviços que se prendam directamente com o cemitério paroquial de Vilar de Andorinho, nomeadamente prestação de informação aos utentes deste espaço sobre situações relacionadas com o cemitério.

Promover a colaboração dos utentes na colocação adequada dos resíduos, bem como na conservação do equipamento do cemitério.

Promover a conservação e limpeza o cemitério paroquial de Vilar de Andorinho.

Colaborar com outros serviços da autarquia na área da sua actuação específica.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Requisitos gerais — Os definidos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, são os seguintes:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) Ter 18 anos de idade completos;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

8 — Nível habilitacional exigido: escolaridade obrigatória.

9 — Para cumprimento do estabelecido no n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, alterada pela Lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro — Lei Orçamento de Estado para 2011 o presente recrutamento destina-se exclusivamente a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

10 — Forma e prazo de apresentação da candidatura:

10.1 — Formalização — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário de candidatura com logótipo da Entidade — que é de utilização obrigatória (sob pena de exclusão),